



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARRA DOS COQUEIROS-SERGIPE

Processo nº 2019.902.01908

JORMALENE DE ANDRADE RAMOS, devidamente qualificada nos autos da ação de cobrança de seguro –DPVAT (COMPLEMENTAÇÃO) na qual litiga em face da empresa **SEGURADORA LIDER dos consórcios de seguro DPVAT**, também já qualificada, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, tendo em vista a sentença publicada aos dias 06 de abril de 2020, interpor:

RECURSO DE APELAÇÃO

Com fundamento do artigo 1009 do Código de Processo Civil, conforme razões anexas.

Outrossim, reque seja o presente Recurso recebido no efeito devolutivo e suspensivo, intimando-se a parte contrária, para, querendo, apresentar as suas contrarrazões, no prazo de 15 dias.

Por fim, requer a remessa dos autos para o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe para seu processamento e julgamento.

Cabe frisar que, deixa a apelante de juntar aos autos guia de preparo, pois é beneficiária da justiça gratuita.

Nestes termos,
Pede e deferimento.

Aracaju, 08 de maio de 2020.

Fabiane Oliva Carvalho
OAB/SE 4.938

Cinthia Oliveira de Carvalho
OAB/SE 594-B



RAZÕES RECURSAIS

Apelante: **JORMALENE DE ANDRADE RAMOS**

Apelada: **SEGURADORA LIDER - DPVAT**

Processo nº: **2019.902.01908**

EGRÉGIO TRIBUNAL,

COLEDA CÂMARA,

EMÉRITOS DESEMBARGADORES,

1 – BREVIÁRIO DOS FATOS

A Apelante **sofreu um acidente de trânsito em 20 de fevereiro de 2013**, no KM 91 da BR 101, em Nossa Senhora do Socorro-Sergipe. Todavia, apesar do laudo pericial emitido **em 12 de janeiro de 2016** ter concluído que do acidente de trânsito sofrido pela Apelante não resultou incapacidade incurável, perda ou inutilização de membro, sentido, função ou deformidade permanente, **a mesma apresentou sequelas em detrimento do referido acidente somente descobertas a posteriori.**

Após a conclusão do sinistro, a apelante passou a sentir muitas dores, principalmente nos membros superiores e inferiores, **chegando a ficar afastada de suas atividades laborais, percebendo benefício previdenciário do INSS, ou seja, o auxílio doença. (INSS auxílio doença).**

Desde o acidente, vem fazendo tratamentos com analgésicos, fisioterapia, bem como acompanhamento médico com profissional especialista da área ortopedista, mas



sempre com queixas de muita dor, sempre nos membros superiores e inferiores. (**Laudo ortopedista 001 e 002 anexo exordial**).

Todavia, **somente em 08.02.2018**, mediante acompanhamento de seu médico ortopedista, Dr. Renato Teixeira, a apelante foi diagnosticada **perda de função dos membros superiores e debilidade definitiva** para fazer uso dos membros superiores e inferiores para suas atividades habituais, nos termos do laudo médico anexo, *in verbis*:

“Paciente tem lesão degenerativa e inflamatória crônica em ombro direito e esquerdo pós traumática...Paciente tem perda de função dos MMSS e debilidade definitiva para fazer uso dos MMSS e MMII em seu trabalho habitual”.

CONCLUSÃO

- Paciente tem lesão degenerativas e inflamatória crônica em ombro direito e esquerdo pós traumática, Tem dificuldade de ficar longa permanência em pé pós fratura, tem doença Inflamatória crônica em Coluna Lombossacra Adquiridas.
- Paciente tem distúrbios psiquiátricos e alterações cognitivas moderada do Sistema Nervoso Central Secundária ao afastamento de suas atividades habituais.
- Paciente tem perda de função dos MMSS e debilidade definitiva para fazer uso dos MMSS e MMII em seu trabalho habitual.
- Paciente tem incapacidade laboral, onde encontra-se em tratamento especializado.
- CID 10 M75.5 M77.9. R41.0

Aracaju, 08 de Fevereiro de 2018

Renato Teixeira CRM 1450
Ortopedia - Traumatologia

Todavia, depois de alguns anos em tratamento fisioterápico, a apelante não obteve nenhuma melhora, pelo contrário, passou a sentir fortes dores nos ombros e nos pés incapacitando-a para qualquer tipo de atividade laboral e atualmente encontra-se recebendo auxílio doença pelo INSS.



Assim, Excelências, consideráveis foram os prejuízos ocasionados em razão do acidente sofrido, mas o prejuízo somente foi constatado a posteriori, prejuízo estes que acompanharão a apelante por toda a vida.

Portanto, por questão de justiça e respeito à previsão legal, a segurada buscou amparo através do pedido de indenização junto à Seguradora Líder, ora apelada. **(Sinistro nº 3160152459 ASL- 0096374\16).**

Desta forma, comprovado o acidente de trânsito sofrido pela apelante, as lesões permanentes e totais causadas em detrimento deste acidente, mas somente descobertas à posteriori por especialistas que emitiram laudos, relatórios, exames e tratamentos médicos/fisioterapêuticos, sem contar com as medicações para dores crônicas, comprovadamente faz jus a Apelante ao recebimento do seguro **DPVAT INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL.**

2 – DAS RAZÕES PARA REFORMA

• DA INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO

Importante esclarecer, que o M.M juízo de primeiro grau não observou a data **08.02.2018, data esta da ciência pela apelante de que era portadora de uma lesão pós-traumática em decorrência do acidente de trânsito que sofreu e sequelas** como a perda de função dos membros superiores e debilidade definitiva para atividades habituais, foram somente diagnosticadas por laudo médico especialista anexado à exordial FLS. 33, *in verbis*:

“Paciente tem lesão degenerativa e inflamatória crônica em ombro direito e esquerdo pós traumática...Paciente tem perda de função dos MMSS e debilidade definitiva para fazer uso dos MMSS e MMII em seu trabalho habitual”.



NESSE SENTIDO, SE DO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO RESULTA INVALIDEZ, SÓ HÁ FLUÊNCIA DO PRAZO PRESCRITIVO QUANDO O BENEFICIÁRIO TOMA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DE SUA INCAPACIDADE DEFINITIVA, GERADORA DO SEGURO (DPVAT).

Assim, a ciência inequívoca sobre a lesão permanente degenerativa da apelante se deu apenas posteriormente ao acidente somente diagnosticada em 08.02.2018 FLS. 33, fato este devidamente confirmado pela Sra. Perita no item “Quesitos da Ré” em resposta às perguntas de nº 2 e 3, fls. 132 dos autos, NÃO HAVENDO, PORTANTO, PRESCRIÇÃO.

- **DA DEMORA E PAGAMENTO A MENOR DA INDENIZAÇÃO PELA SEGURADORA RÉ**

Destaca-se também que, ao final do processo administrativo perante a seguradora apelada, sinistro nº 3160152459 ASL- 0096374\16, a apelante apenas recebeu o valor de R\$ 207, 86 (duzentos e sete reais e oitenta e seis centavos) e depois a quantia de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme extrato anexado. **(Extrato pagamento DPVAT junto à exordial FLS. 26).**

Embora a Requerente tenha recebido a carta da Seguradora Ré com o aviso de pagamento em março de 2016 (Carta seguradora FLS. 25), o depósito do pagamento somente fora realizado no mês de março de 2019 conforme descrito no extrato anexo à exordial às fls. 26, sendo afastada, portanto, por esta razão, a prescrição.

- **DO TRATAMENTO DE SAÚDE REALIZADO PELA APELANTE**

Importante destacar, que desde o sinistro a apelante não foi mais a mesma e até hoje faz tratamento, inclusive com relatórios médicos e de seu fisioterapeuta acostados aos autos às fls. 32, 33, 40, 41, 42 e 43 dos autos.



Desde o acidente de trânsito, a Apelante vem fazendo tratamentos com analgésicos, fisioterapia, bem como acompanhamento médico com profissional especialista da área ortopedista, mas sempre com queixas de muita dor, sempre nos membros superiores e inferiores. **(Laudo ortopedista às fls. 27-35).**

Para corroborar a verdade do que passa a Apelante após o sinistro, anexa também aos autos o histórico de benefícios, pois está afastada de suas atividades laborais, percebendo benefício previdenciário do INSS, ou seja, o auxílio doença. (INSS auxílio doença fls.36).

Todavia, atualmente, está com diagnóstico fechado de lesão pós-traumática e não tem cura mesmo com todo o tratamento indicado e por ela realizado, conforme demonstram as provas acostadas aos autos.

- **DA EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E A DOENÇA AUTURAL – LAUDO PERICIAL CONTRADITÓRIO**

Também merece reforma, a parte da sentença que negou a existência de nexo de causalidade entre a doença e o sinistro sofrido pela apelante, porém deixa de verificar o M.M Juízo “a quo”, pontos no laudo pericial que traz informações fornecidas pelo próprio Expert, que comprovam o elo direito entre a lesão pós-traumática e o acidente de trânsito, além de exames e atestados trazidos aos autos que fortalecem a necessidade de modificações no julgado de piso.

Note-se alguns pontos contraditórios de grande relevância para a comprovação do nexo de causalidade no laudo pericial, a saber:



- a) Em resposta ao quesito nº 3 da parte ré (fls. 132), a Expert responde que **a lesão foi somente descoberta em 21.10.2019, ou seja, posterior ao acidente de trânsito,** que ocorreu na data de 20 de fevereiro de 2013 segundo Boletim de Ocorrência às fls. 15 dos autos.
- b) Respostas contraditórias se compararmos os quesitos nº 1 e nº 7 formulados pela Ré, no primeiro a Perita afirma **“que não há nexos das lesões apresentadas com o acidente sofrido pela Autora comprovado através de exames e da história clínica relatada”**, já no quesito nº 7 ela responde **“ No acidente não foi comprovada nenhuma lesão no ombro, durante o atendimento de urgência, vindo a surgir sintomas após o acidente, mas sem nexos com o acidente sofrido”**.
- c) Já nos quesitos realizados pela parte autora (fls. 133) alguns ficaram sem resposta ou inconclusivos, como por exemplo o **quesito nº 6 que a Perita afirma que não houve lesões traumáticas, porém no quesito nº 2 ela afirma que houve lesão à integridade física da parte autora em virtude do acidente**, ou seja, completamente confusas as respostas.
- d) Importante esclarecer ainda que o quesito nº 4 realizado pela parte autora fica sem resposta, de modo que foi perguntado se as lesões são de caráter permanente ou definitivo e a Perita somente responde **“nenhuma lesão comprovada remanescente do acidente”**, ou seja, **permanece o quesito sem resposta de acordo com o que fora perguntado.**
- e) O mesmo ocorre, se compararmos as respostas às perguntas da Autora realizadas nos quesitos nº 7, 3, 4, 6 e 2. Repare, Excelência, que no quesito nº 6 a Expert responde que **“ Não houve lesões traumáticas”**, porém no quesito nº 7 a Perita responde que **“ A perda funcional não está enquadrada NAS LESÕES RESIDUAIS DO ACIDENTE”**.



- f) Interessante que, no quesito nº 3, 4 e 6 existe a negativa de lesões em detrimento do acidente, porém em resposta ao quesito 2 a expert diz “ Que houve lesão à integridade física da parte autora em virtude do acidente de trânsito sofrido” e no nº 7, a Expert afirma que “HOUVE LESÕES RESIDUAIS DO ACIDENTE”.

Nota-se que as respostas aos quesitos pelo perito expert são contraditórias, porém indutivas a um único raciocínio lógico, qual seja, que o acidente foi a única e exclusiva causa das lesões posteriormente descobertas, portanto havendo sim nexos causal merecendo reforma a sentença ora combatida.

3 - DOS PEDIDOS

À vista das razões de fato e de direito aqui expostas, requer **O CONHECIMENTO E O PROVIMENTO DO PRESENTE RECURSO DE APELAÇÃO**, a fim de reformar a sentença proferida, uma vez que **existe completa incompatibilidade clínica entre os laudos médicos trazidos pela apelante e a insegurança nas informações prestadas pelo perito judicial**, o reconhecimento da **inexistência da prescrição**, pois o diagnóstico da lesão definitiva somente se deu após o sinistro, bem como o reconhecimento do **nexo causal entre o acidente de trânsito e as lesões pós-traumáticas da apelante** concedendo a ela o direito à indenização integral do seguro DPVAT por invalidez permanente.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Aracaju, 08 de maio de 2020.

Fabiane Oliva Carvalho

OAB/SE 4.938

Cinthia Oliveira de Carvalho

OAB/SE 594-B